



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 2 /2017**

Período: 11/02/2017 – 17/02/2017

**GEDES - UNESP**

- 1- Presidente da República enviou Forças Armadas para conter crise no estado do Espírito Santo
- 2- Periódicos destacaram obstáculos à proposta de reforma da Previdência
- 3- Presidente da República autorizou o envio das Forças Armadas ao Rio de Janeiro
- 4- Militares criticaram o “uso preventivo” das Forças Armadas nas unidades da Federação
- 5- Suspeito de praticar roubos foi morto por homens das Forças Armadas no Rio de Janeiro
- 6- Coluna opinativa considerou que o regime militar atrapalhou a condução dos negócios estrangeiros do Brasil

### 1- Presidente da República enviou Forças Armadas para conter crise no estado do Espírito Santo

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Michel Temer, ordenou o envio das Forças Armadas e da Força Nacional de Segurança para realizar o patrulhamento das ruas no estado do Espírito Santo. Conforme os periódicos, a crise iniciou-se após o aquartelamento da Polícia Militar (PM), que reivindica o pagamento de salários atrasados, melhores condições de trabalho, anistia ao movimento e suspensão das ações que responsabilizam as associações militares. De acordo com o *Correio*, Temer convocou o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, para visitarem o estado do Espírito Santo com o objetivo de controlar a crise. Jungmann proferiu um apelo aos policiais militares para que retornassem às atividades. O ministro da Defesa anunciou também que os quartéis das unidades federais providenciariam abrigo aos policiais militares que desejassem retornar ao trabalho. Jungmann garantiu que o governo federal monitora a movimentação das corporações policiais em todas as unidades federativas do país. O general Etchegoyen criticou o movimento e afirmou que os policiais aquartelados faziam a população capixaba de refém. Em coluna opinativa para o *Correio*, o jornalista Luiz Carlos Azedo destacou a morosidade do processo de negociação para o fim do motim. Azedo afirmou que as autoridades “empurram a situação com a barriga porque há mais de 3 mil homens das tropas federais substituindo a PM”. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, 1.236 policiais voltaram ao trabalho no dia 11/02/17, o que representa, segundo o *jornal*, 12% do total de policiais da ativa. O retorno dos policiais e a atuação de mais de 3 mil homens das Forças Armadas e da Força Nacional de Segurança coincidiu com a queda do número de homicídios

registrados no estado. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis, no dia 12/02/17, houve quatro mortes – o menor número desde o início do motim, que totalizou 144 ao longo dos nove dias. No dia 06/02/17, auge da crise, foram 40 homicídios registrados. (Correio Braziliense – Política – 11/02/17; Correio Braziliense – Política – 12/02/17; Correio Braziliense – Brasil – 13/02/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/02/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/02/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/02/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 13/02/17)

## 2- Periódicos destacaram obstáculos à proposta de reforma da Previdência

Os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* enfatizaram a resistência à proposta governamental de reforma do sistema previdenciário. De acordo com o *Correio*, representantes dos servidores da segurança pública exigem o mesmo tratamento oferecido às Forças Armadas, excluídas do projeto inicial. Em coluna opinativa para o *Correio*, a jornalista Alessandra Azevedo afirmou que o governo federal será pressionado por outras categorias a providenciar respostas semelhantes ao tratamento oferecido às Forças Armadas. Segundo *O Estado*, entre representantes das Forças Armadas a pressão é para que a singularidade das regras de aposentadoria da categoria não seja desfigurada. O comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, defendeu que as condições diferenciadas de aposentadoria para as Forças Armadas não são reflexo de privilégios, mas sim de “cerceamento de direitos e imposição de deveres” à categoria. Ainda de acordo com *O Estado*, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha afirmou que a discussão sobre a aposentadoria dos militares só ocorrerá depois da aprovação da reforma da Previdência que já está em tramitação no Congresso Nacional, quando então serão debatidas as regras para as Forças Armadas e polícias militares. O governo chegou a prometer o envio do texto sobre os militares até o fim de março, quando o debate sobre a reforma mais ampla ainda estará em curso na comissão especial. “Estamos trabalhando para termos a reforma que vai se dirigir aos militares, ela sendo cunhada neste primeiro semestre”, afirmou Padilha a jornalistas. Padilha ainda destacou que o objetivo do governo é colocar servidores, parlamentares e demais setores sob as mesmas premissas do regime geral. “A grande verdade é que estamos buscando é [sic] fazer com que todos os brasileiros tenham as mesmas regras para a Previdência Social”, disse. Segundo o periódico, as mudanças nas regras de aposentadoria para as Forças Armadas têm sido um dos principais focos de resistência. Os militares questionam, inclusive, os números que o Executivo apresenta sobre o déficit desses servidores, que fechou em R\$ 34,069 bilhões em 2016, de acordo com o Tesouro Nacional. Segundo técnicos, o debate com a categoria ainda está na fase de buscar uma conciliação em torno desse número - que o Ministério da Defesa diz ser bem menor ao excluir reservistas. (Correio Braziliense – Política – 12/02/17; O Estado de S. Paulo – Economia – 12/02/17; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/02/17)

## 3- Presidente da República autorizou o envio das Forças Armadas ao Rio de Janeiro

Conforme publicado pelos periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o pedido do governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, por tropas das Forças Armadas para atuarem na segurança pública foi atendido pelo presidente Michel Temer. Desde 10/02/17, ao menos 27 batalhões da Polícia Militar do Rio de Janeiro têm a saída de viaturas para patrulhamento bloqueada por familiares de policiais militares, que exigem o pagamento do reajuste salarial e dos

benefícios acordados com a gestão estadual anterior. Segundo a *Folha*, 9.000 homens das Forças Armadas permanecerão na capital fluminense e nas cidades de Niterói e São Gonçalo pelo menos até o dia 22/02/17. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, admitiu que o envio das Forças Armadas ao estado do Rio de Janeiro tem relação com os protestos que impedem a saída de policiais militares de seus batalhões. Jungmann, no entanto, enfatizou a diferença entre a situação fluminense e a crise que ocorreu no estado do Espírito Santo. (Correio Braziliense – Brasil – 14/02/17; Correio Braziliense – Brasil – 15/02/17; Correio Braziliense – Política – 15/02/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/02/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/02/17; O Estado de S. Paulo – 14/02/17)

#### 4- Militares criticaram o “uso preventivo” das Forças Armadas nas unidades da Federação

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, integrantes das Forças Armadas demonstraram preocupação e insatisfação em relação à autorização do presidente da República, Michel Temer, para o envio de tropas federais para serem empregados na segurança pública dos estados. No Rio de Janeiro, o pedido do governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, foi justificado pela proximidade com o carnaval e a possibilidade de aderência da Polícia Militar ao aquartelamento iniciado no Espírito Santo. Na avaliação da categoria, a situação gerará uma substituição do emprego da força de trabalho policial pela federal, como ocorrido durante as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Além disso, os policiais militares têm uma folga de 72 horas entre cada turno de 24 horas, enquanto a dos militares é de apenas 24 horas. Conforme a legislação, o Exército pode ser requerido pelos governadores quando se consideram esgotados os meios legais de garantia da lei e da ordem; por isso, os militares classificaram o requerimento como “preventivo” e “político”. As Polícias Militares dos estados do Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba também se encontram em iminência de paralisação. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 14/02/17)

#### 5- Suspeito de praticar roubos foi morto por homens das Forças Armadas no Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, homens das Forças Armadas mataram, no 15/02/17, um homem suspeito de praticar roubos na cidade do Rio de Janeiro. Tal fato ocorreu no segundo dia de vigência do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que prevê o emprego das Forças Armadas no policiamento da cidade. Segundo o general Mauro Sinott Lopes, comandante de primeira divisão do Exército, dois homens tentaram roubar uma motocicleta em um dos acessos da avenida Brasil, na zona norte da cidade. O alarme do veículo teria disparado, o que motivou a fuga dos homens. No caminho, avistaram um caminhão com militares. Um dos homens teria feito um disparo contra a tropa, que reagiu, matando-o. Em nota, o Ministério da Defesa informou que os militares faziam patrulhamento nas imediações da Rodoviária Novo Rio, próximo ao local. "Cumprindo as orientações e procedimentos para atuação na Operação Carioca, reagiram atirando somente no assaltante que estava armado", diz a nota do ministério. De acordo com Lopes, os militares agiram conforme as regras de engajamento, que são as diretrizes de uso gradual da força durante conflitos. O general ainda afirmou que os militares serão bastante rígidos quando tiverem suas vidas ameaçadas durante o trabalho no Rio. "Tivemos na parte da manhã um incidente em que um meliante teria vindo a óbito

após efetuar disparos contra a tropa. Na produção dessa segurança, nesse adicional de segurança pública que estamos proporcionando, nós seremos intolerantes com qualquer ameaça à tropa", disse Lopes. O Ministério da Defesa informou que será aberto um Inquérito Policial-Militar para apurar as circunstâncias da morte. As Forças Armadas vêm atuando no Rio de Janeiro com um efetivo de 9 mil homens desde 14/02/17. As tropas atuarão em diversos pontos da cidade, como a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em conjunto com a Polícia Militar, devido a atos de servidores que se opõem a medidas propostas pelo governo para lidar com a crise financeira do estado. A ação das Forças Armadas na cidade continuará até o dia 22/02/17, com uma possível extensão do prazo. O general Lopes também afirmou que os homens empregados nessa atuação no Rio têm experiência em patrulhar áreas violentas. De acordo com ele, são homens que atuaram nas favelas do Complexo do Alemão e da Maré, zona norte do Rio, e também no patrulhamento da Olimpíada. "Temos tido retorno positivo da presença das tropas na rua", disse o general. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/02/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 15/02/17)

#### 6- Coluna opinativa considerou que o regime militar atrapalhou a condução dos negócios estrangeiros do Brasil

Em coluna opinativa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o professor e pesquisador Matias Spektor afirmou que "as piores mazelas nacionais sempre atrapalharam a condução dos negócios estrangeiros do Brasil", inclusive "no pau-de-arara na ditadura militar [1964-1985]". De acordo com o pesquisador, "a sociedade pagou os custos internacionais de ter a classe política que tem. Sanções impostas por terceiros países, punições e isolamento foram recorrentes em nossa história". Segundo Spektor, "não à toa, a diplomacia [brasileira] tornou-se bem eficaz em montar escudos jurídicos ou coalizões para resistir a pressões estrangeiras". (Folha de S. Paulo – Opinião – 16/02/17)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)<http://www.correioweb.com.br/>

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)<http://www.folhaonline.com.br/>

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)<http://www.estadao.com.br/>

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

#### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Fabiane Serrão Cortes Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fernanda Portela Lopes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira

(Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).